

Extensão Rural e Identidade Campesina: comunicação e educação para o empoderamento dos povos tradicionais do mundo rural¹

Irenilda de Souza Lima²

Filipe Lima Silva³

José Ricardo dos Santos⁴

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

A Extensão Rural e a identidade campesina estão ligadas à comunicação e à educação para o processo de empoderamento através, troca de saberes, do despertar da consciência crítica e composição de redes com enfoque na alteridade e solidariedade. O objetivo geral deste trabalho é analisar se os conceitos e práticas historicamente construídos de Extensão Rural correspondem a uma comunicação/educação libertária com base na identidade campesina. Os objetivos específicos são de identificar os elementos que concretizem epistemologicamente a identidade campesina, estabelecendo os conceitos historicamente construídos de Extensão Rural, de identidade campesina e a Extensão Rural como uma proposta libertária. Evidenciamos um enfoque teórico sobre a complexidade do tema abordado.

Palavras-chave: Extensão Rural; Comunicação; Agricultura Familiar; Empoderamento.

Introdução

A construção de um aporte epistemológico que atrele a Extensão Rural à identidade campesina, dentre tantos temas que podem ser estudados, mostram-se de crucial importância às discussões que orbitam em torno dos instrumentos de proteção e defesa de direitos para o meio rural por serem essenciais à sobrevivência, resiliência e, sobretudo, a libertação ou o empoderamento dos agricultores familiares, pois estes possuem potencial para engendrar em sua existência a produção para subsistência, geração de rendas, economia solidária e preço justo enquanto alternativas ao desemprego estrutural e à automação dos meios de produção.

Assim, a opção pela construção filosófica, educativa e conseqüentemente libertária da Extensão Rural com base na identidade do campesinato, sobre o tema convergem os

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Orientadora do trabalho. Profa. Dra, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil, irenilima2@gmail.com.

³ Mestre, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil, filipemp@hotmail.com.

⁴ Mestrando POSMEX. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil, Riccardo_santos@yahoo.com.br.

estudos que visam um projeto de desenvolvimento nacional que faça surgir à plena cidadania e consagre aspectos essenciais a perpetuação da cultura popular rural para a redução dos problemas agravantes existentes na sociedade brasileira, mediante concepções e princípios comunicacionais e pedagógicos de reforço à identidade do campo.

Reconhecendo o valor e o capital social e cultural dos povos tradicionais do campo e neste estão incluídos os agricultores familiares, a Extensão Rural renova-se com um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista que contribua para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos (CAPORAL e RAMOS, 2007). Logo, a ATER encontrará como elemento à identidade e os saberes dela decorrentes para o desenvolvimento da consciência crítica e fortalecimento dos povos do campo.

O poder hegemônico afasta a possibilidade de alterá-lo enquanto sistema e desenvolver uma consciência crítica real que avance quanto aos direitos humanos/sociais basilares. Logo, faz-se essencial que proponhamos formas comunicacionais e educativas como a Extensão Rural, reconhecendo complexidade epistemológica e a polissemia de seu conceito, bem como a necessária análise de suas práticas de mediação culturais e sociais, sejam consideradas em uma sociedade que ainda gira em torno do conhecimento convencional pautado nos desígnios dos setores privados crivados no capital.

O tema campesinato no Brasil não está desatrelado ao campesinato latino-americano, e neste conjunto temos uma gama de conflitos que traduzem a ideia de dialética social e política e que vem se ampliando em virtude dos processos socioeconômicos que aumenta a grande massa de excluídos, oprimidos e vítimas do sistema capitalista, dos chamados países periféricos associando as demandas sociais gerais às questões em torno da construção de sociedades democráticas. Assim, conforme preleciona Zaneti Júnior (2007), há a necessidade de uma “democracia de direitos” que impeça o esquecimento de lembranças históricas, não tão distantes, de que, apesar do seu caráter fluido e aberto, a democracia traz em seu bojo a potencialidade da determinação social e da identificação do povo com o a humanidade de forma geral. Neste aspecto os direitos de uns são direitos de todos os povos que vivem em condições de desigualdades.

Propõe-se então uma abordagem que aponte para a efetivação de um projeto democrático constitucional que considere a pluralidade de sujeitos existentes e cuja concretização perpassa a efetivação dos direitos e garantias fundamentais que conjuguem

suas identidades e pluralidades culturais na América Latina, sobretudo no Brasil (WANDERLEY, 2010).

Observe-se que o sistema hegemônico, por sua capacidade de mutação quanto ao meio social e adaptação tecnológica, vem se ajustando e sobrevivendo até os dias atuais, inclusive no meio rural. As discussões relativas à questão agrária no Brasil envolvem sobremaneira as formas como o capital tem se apropriado das mídias e espaços públicos, bem como dos meios e dos recursos naturais e se moldado às novas realidades (OLIVEIRA, 2002).

A compreensão da questão agrária no Brasil, em nossos dias, depende de considerá-la um fato histórico que se constitui num momento determinado da história social e política do país e persiste ao longo do tempo, renovado e modificado. Constrói-se, assim, a possibilidade e a necessidade de uma análise atrelada à transformação social e que possa trazer resultados de pesquisa que contribuam para os estudos na área.

Temos então a Extensão Rural e a identidade campesina como elementos que coadunam à compreensão de comunicação, cultura e educação popular em virtude de seus fenômenos complexos, multidimensionais e multimodais que promovem o processo libertador através da reflexão, troca de saberes, despertar da consciência crítica e composição de redes com enfoque na alteridade e solidariedade.

A lógica da Extensão Rural promove o capital social baseado na inteligência coletiva, em detrimento do que nos impõe os modelos econômicos e sociais que geram a ascensão de seguimentos reacionários e contrários aos Direitos Humanos, à comunicação não violenta, à cultura da paz e à verdadeira sustentabilidade, que vão além da relação do indivíduo com a natureza, pois, entrelaça e interage complexidades que envolvem também as relações sociais entre os seres humanos, seja do campo como da cidade.

Assim, discutiremos sobre o campesinato e a Extensão Rural enquanto conceitos indissociáveis à socialização de saberes do campo, bem como do desenvolvimento e ampliação do conhecimento, restando-nos como problema de pesquisa a indagação de que se é possível encontrar na Extensão Rural, enquanto ferramenta de comunicativa e pedagógica, um viés libertário a partir da identidade campesina?

Para dar conta de tal problema surge a necessidade de construir objetivos que norteiem a pesquisa. Como objetivo geral, optou-se por analisar se os conceitos e práticas historicamente construídos de Extensão Rural correspondem a uma comunicação/educação que considere a identidade campesina. No entanto, para se cumprir os objetivos gerais é

preciso delimitar seus desdobramentos dentro do trabalho, logo, traça-se por objetivos específicos como o de identificar elemento que concretizem epistemologicamente a identidade campesina, tentando estabelecer os conceitos historicamente construídos de Extensão Rural e ao mesmo tempo evidenciando que o apoio ao desenvolvimento rural tem forte relação com projetos de ação da Extensão Rural com proposta educativa e consequentemente libertária.

Logo, o presente trabalho refere-se a uma análise da Extensão Rural que não pode ser retirada de seu contexto e que, por isso, atine aos processos e relações sociais entre os sujeitos do campo, em especial os do campesinato, ligados a produção de bens e símbolos clássicos do mundo rural e inseridos em conflitos historicamente construídos, mas buscando como solução, direta ou indiretamente, a libertação de seu povo.

Metodologia

Este trabalho tem uma dimensão inter e transdisciplinar e teoricamente trouxe aos estudos rurais as epistemologias que envolvem a Extensão Rural e a identidade do campesinato, bem como algumas reflexões que trazem elementos e estratégias para inclusão social que demonstrem o respeito e significação das histórias e vivências da cultura e identidade campesina, mas, sobretudo, aspectos educativos e libertários.

A pesquisa pretendida é exploratória de cunho bibliográfico e hermenêutico, e encontra bases epistemológicas para pautar as discussões que envolvem as complexidades existentes na Extensão Rural. Assim, a pesquisa bibliográfica tem base nas reflexões de autores contemporâneos e como estas podem contribuir para as proposições aqui dispostas sobre os sujeitos oprimidos do campo e que, ao mesmo tempo, avancem nas discussões com o objetivo de aumentar o nível de familiaridade do pesquisador com o tema de forma sistemática na literatura disponível.

Desta forma, para o desenvolvimento deste estudo, foram selecionados trabalhos anteriores relacionados ao campesinato, Comunicação Rural, Educação Popular e a própria Extensão Rural com o objetivo de manter uma pesquisa diversificada e globalizada que, de acordo com Furasté (2007), tornam melhores e mais profundos os resultados.

Foram considerados outros trabalhos como resumos, artigos, monografias, dissertações e teses para consubstanciação do Estado da Arte na temática escolhida, bem como, realizadas leituras e discussões em grupos de estudo, de forma não estruturada.

Para tanto, pautaremos ainda na análise das obras de Lima e Roux (2009), Enrique Dussel (1987; 2007), Paulo Freire (1987), dentre outros, em virtude da necessidade de um ponto de vista que demonstre e justifique a perspectiva pretendida, as quais nos serviram de fontes primárias na elaboração dos argumentos desse trabalho e dos quais tomaremos por base para explicitar a relação entre a Extensão Rural, enquanto conceito, e a identidade campesina, as quais também contribuirão para a construção histórico-filosófica dos conceitos de opressão, emancipação e libertação.

Por fim, encerrando a construção metodológica proposta, acresce-se aqui que as reflexões e investigações sobre os processos comunicacionais aqui dispostos são resultantes do Grupo de Pesquisa em Extensão Rural, Comunicação Científica e Educação do Campo para o Desenvolvimento Sustentável – RURALOGOS, vinculado ao POSMEX – Programa de Mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local e ao Núcleo de Direitos Humanos UAST/UFRPE, entidades atuantes e pertencentes à Universidade Federal Rural de Pernambuco e construtoras, através de redes de conhecimento, vínculos pessoais e institucionais, de estratégias de valorização da identidade dos povos do meio rural.

Desenvolvimento

Iniciaremos nossas construções quanto à temática buscando trazer de algumas teorias contemporâneas o conceito de identidade e seus desdobramentos, para podermos considerar os aspectos atinentes a concretizações epistemológicas da identidade campesina de forma mais específica.

Assim, Claude Dubar (1997 apud FARIA; SOUZA, 2011), na obra “Para uma teoria sociológica da identidade”, dispõe a identidade como movimento, pois é resultado de um processo de socialização que compreende o cruzamento de processos relacionais e biográficos. Através dos processos relacionais o sujeito é analisado pelo outro dentro de sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos, já nos processos biográficos a história, as habilidades e os projetos da pessoa são considerados, ou seja, a identidade social é marcada pela dualidade entre esses dois processos e a dialética estabelecida entre eles.

Para Bauman (2005 apud FARIA; SOUZA, 2011) também a identidade não ocorre de forma individualizada e estática, uma vez que é dinâmica e contínua, pois, sua essência constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras através de vínculos estáveis e da experimentação infundável. Stuart Hall (2006 apud FARIA; SOUZA, 2011), por sua vez, apresenta o conceito do que denomina “identidades culturais” como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais, pois, segundo o autor, identidade, sociedade e cultura não se separam.

Desta forma, construído o conceito de identidade (social e cultural) surge a necessidade de que esta empreste forma a construção de uma identidade social e cultural forjada no calor dos conflitos rurais e condições dela decorrentes sem se ater a nenhum momento determinado da história social e política do país, mas que persista ao longo do tempo, renovado e modificado. Constrói-se, assim, a possibilidade e a necessidade de uma análise filosófica, sociológica, educacional e comunicacional que esteja atrelada à proposta de transformação social que não estejam ligados exclusivamente ao capital.

A identidade social e cultural do campesinato aponta para o fato de que a sociedade e a cultura camponesa têm algo de universal em si, sendo uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo (REDFIELD apud SHANIN, 2005, p. 2), porém, também podemos analisar as singularidades desse sistema e compreendê-lo como um “modo de vida” conforme os doutrinadores que o estudam enquanto método sistemático e comparativo (FEI apud SHANIN, 2005, p. 2).

Tais especificidades, do campesinato, tem sido afirmadas a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem aos processos homogenizantes da globalização e criam estratégias que se traduzam em sua libertação, porém, protegendo a identidade campesina original e ancestral. A libertação deverá vir junto a mecanismos que protejam o povo do campo de modelos tradicionais, conservadores, reacionário e opressores.

Segundo Lima e Roux (2009), a diversidade e a multidimensionalidade das formas contemporâneas de opressão, degradação e conflito social requerem que a produção de conhecimento esteja engajada e possibilite a interação das epistemologias particulares de cada campo de saber e de luta.

Assim, a reconstituição da identidade sociocultural do campesinato brasileiro exige estratégias comunicacionais e a construção de práticas educativas que considerem os processos de compreensão do mundo, relação com a natureza, experiências sociais, lutas,

resistências e movimentos sociais, pois, para conceituarmos a identidade sociocultural camponesa não há como não incluirmos as influências “étnicas, relações cotidianas com a natureza, conhecimento empírico amplo, oralidade e prática, espiritualidade, religiosidade, estética, relações diversificadas de cooperação, forte predominância patriarcal, e relação família, comunidade e território” (TARDIN, 2012, p.183).

Logo, apreende-se que a identidade sociocultural campesina pode implicar em uma espiritualidade própria, fruto da relação dos camponeses com a natureza “traduzida numa estética de expressão variada, que se revelam em músicas de estilos variados, danças, poesias, teatro, bailes e festividades, instrumentos musicais, causos e contos, histórias e lendas, artesanato, artes plásticas, ritos, mitos e outros” (TARDIN, 2012, p.183).

Passa a ser indiscutível que, para a apreensão da ideia de uma identidade sociocultural campesina, urja também a necessidade de ruptura de paradigmas para uma livre discussão do que viriam a ser os direitos à voz da população do campo, os quais podem ser estendidos ao campesinato através da perspectiva ético-político de libertação das comunidades rurais oprimidas com base na viabilização da vida e que compreenda a dignidade da pessoa humana. Nick Couldry (apud LIMA, 2012) dipõem do termo "voz como processo", para afirmar a possibilidade da comunicação dar significado à vida de alguém por tratar-se de uma dimensão básica da natureza humana.

Nesse interím, faz-se ainda necessária a construção de um aporte teórico que compreenda as lutas, conquistas sociais e políticas que dão azo à dialética social entre as forças da hegemonia do capital e outras óticas, ideologias e estilos de vida, produção e existência. Neste sentido Chauí (apud TAUKE SANTOS; RODRIGUES; VUMA, 2009, p. 85), afirma que “a construção da cidadania passa pelo direito não apenas à alimentação, à habitação, mas pelo acesso à informação, à fruição, à participação, à criação e a produção cultural”. Esse processo traduz-se no empoderamento das comunidades campesinas através do reforço e reconhecimento de sua identidade que pode ser compreendida como dar poder; ativar a potencialidade criativa; desenvolver a potencialidade criativa do sujeito; e dinamizar a potencialidade do sujeito (FREIRE; SHOR, 1986).

Empoderar, nessa perspectiva, significa os indivíduos e as comunidades conquistarem vez e voz, bem como, terem autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas, tomar parte nas decisões que lhe dizem respeito (LISBOA, 2000 apud HOROCHOVSKI, 2006).

Assim, claro se faz compreendermos qual o recorte epistemológico escolhido neste trabalho para a construção da ideia de libertação. Enrique Dussel, pensador e defensor da Filosofia da Libertação, propõe como método libertário uma “pedagogia analética” na qual, conjuga-se disposições como a dialética hegeliana, o materialismo histórico-dialético marxista a alteridade levinasiana e as discussões onticas e ontológicas de Heidegger.

Assim, a analética traduziria a ideia de uma Ética Material da Vida (ou uma ética do cotidiano) que surgiria a partir da extrema miséria imposta pelo sistema hegemônico e importaria na violação dos oprimidos/excluídos/vítimas dessa conjuntura, maculando sua corporalidade viva vulnerável submetida ao sofrimento sem limite, porém, que gera uma consciência revolucionária de construção de uma nova história mundial (DUSSEL, 1986).

A ideia de Libertação proposta por Dussel parte de uma filosofia política crítica que se traduz em uma práxis da libertação, utópica e revolucionária, pois, baseia-se na transformação social com resgate dos compromissos éticos do cidadão como única forma de alcançar a práxis da libertação das camadas populares. A libertação proposta aqui vai além da alteridade observada em autores como Levinás⁵, pois assumirá a posição e o reconhecimento do outro não apenas como igual, mas como ser autônomo, livre e distinto, não sendo apenas uma questão de verdade existencial (igual ou diferente), mas uma aceitação da pessoa do outro como ser vivente.

A libertação e a alteridade seriam construções que importariam na destruição do conceito de tolerância, uma vez que importariam em dilações de tempo do sujeito racional. Passar-se-ia então a construções que fossem pautadas em ações sociais coordenadas em primeiro lugar por normas e valores estabelecidos e mediados pela ação comunicativa, bem como pelo alcance dos fins e sentidos socialmente estabelecidos nesta ação mediante uma progressiva libertação do potencial de racionalidade, entendimento mútuo e solidariedade (DUSSEL, 2007).

A solidariedade viria como elemento final da concretização da libertação, pois, resgataria a pulsão de alteridade mediante a atitude de responsabilidade pelo outro. Assume-se o lugar do outro, respeita-se e responsabiliza-se pelo outro como outro, em um consenso teórico, prático, universal que compreenda todas as diferenças: de gênero, etnia, classe, idade, entre outras (DUSSEL, 2007).

⁵ Emmanuel Lévinas permanece em uma metafísica da passividade e em uma alteridade equivocada, pois, apesar de pedagógico, não é político, porque nunca imaginou que o Outro pudesse ser um índio, um africano ou um asiático (DUSSEL, 2007).

Os povos do meio rural desenvolveriam uma visão crítica de desconstrução da negatividade lançada pelo sistema hegemônico capitalista que os explora e oprime e transformá-la-ia (ou produziria um novo sistema) para que as vítimas/oprimidos pudessem viver, participando simetricamente nas decisões através de nova teoria da democracia e de uma nova teoria da subjetividade que compreendesse a alteridade em suas ações, mas que alcançasse o conceito de solidariedade pela comunicação/dialogicidade.

Agrega-se ao conceito de “Voz” de Couldry e de “Liberdade” de Dussel o conceito-concepção de Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), alicerçada nas experiências sociais, humanas, de trabalho, das vivências e resistências e dialogicamente articulada aos conceitos, teorias e valores, pois, segundo Nibert Elias (1998), em O processo civilizador, o conhecimento é inseparável da linguagem, podendo ser transmitido de geração em geração, o que explicaria uma evolução social, porém, Paulo Freire (1987) vai além, afirmando que todo conhecimento é inseparável dos sujeitos históricos e de suas experiências que o produzem e emancipam.

Sobre as demandas oriundas dos segmentos oprimidos historicamente, Freire (1987, p. 31) inferiu que “quem melhor do que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais do que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?”.

Articulando os conceitos acima dispostos, faz-se fundamental para alcançarmos os objetivos dessa pesquisa que estabeleçamos os conceitos historicamente construídos de Extensão Rural e articulemos aos mesmos, os conceitos de identidade, libertação, voz, comunicação e educação. Assim, a Extensão Rural deve ter como propósito a construção de estratégias para o desenvolvimento local através da educação/comunicação, e desta a partir da cultura.

Logo, depreende-se que ao considerar os aspectos humanos envolvidos nas dinâmicas do meio rural a Extensão Rural deve levar em consideração as características sociais, políticas, econômicas e culturais que, de forma endógena, promova o desenvolvimento de suas localidades através de ações mais específicas e contingentes por parte dos extensionistas/educadores (LIMA, 2004).

Urge outra ótica de atuação da Extensão Rural que garanta uma reestruturação e reconceitualização das qualificações, competências e práticas dos agricultores familiares com

base em suas identidades, a partir do desenvolvimento de sua consciência crítica e da proposta de uma libertação baseada na solidariedade.

No mesmo sentido, Lima (2004) indica a necessidade de ações mais complexas e diversificadas, indicando a superação do viés político reducionista que confundia crescimento econômico com desenvolvimento, asseverando ainda que “as consequências do padrão tecnológico moderno e a ação de movimentos sociais de cunho ambientalista também contribuíram para o questionamento do ideário produtivista como orientador das políticas de desenvolvimento”.

Assim, quanto aos estudos sobre o meio rural, em especial quanto aos agricultores familiares, faz-se importante que haja um redimensionamento do termo Extensão Rural mediante um processo dialético e dialógico com o intuito de maximizar os esforços para construção de um real desenvolvimento rural que não seja rendido ao capital e ao seu modelo econômico neoliberal opressor.

Partindo desta nova concepção político-metodológica e da expectativa de um desenvolvimento contra-hegemônico que se inspire em “valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento” (SANTOS E RODRIGUES, 2002), encontramos a busca pela participação e crescimento de agricultores e agricultoras familiares, matéria-prima de pesquisa para reforço da cidadania e educação dos meios agrícolas e não agrícolas.

A Extensão Rural é uma ferramenta indispensável para o crescimento da agricultura familiar com o compromisso do desenvolvimento local e agroecológico, mas, em especial com o intuito de libertação do jugo opressor. Podemos entender que a melhoria do nível de educação do agricultor brasileiro mostra-se imprescindível, fator este referido por Abramoway (2000) como pertinente à formação do capital social e na dimensão territorial do desenvolvimento.

No projeto de extensão rural como projeto de educação não formal, com comunicação pelo diálogo e processos de troca de saberes demanda um modelo específico de desenvolvimento diferente do modelo hegemônico. Outro tipo de desenvolvimento tem sido pensado que seja coerente com a natureza da cultura campesina. Nesta linha, o conceito de desenvolvimento local tem sido considerado como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista em vigor (VEIGA, 2005; SACHS, 1996; JARA, 1998). Almeja-se assim um novo modelo de desenvolvimento, pois há demandas por uma nova

praxe educativa, uma vez que a atual esbarra quase que constantemente na formação universitária recebida e nas dificuldades de formação de agente para o desenvolvimento rural. A elaboração de um novo modelo que incorpore uma proposta de desenvolvimento local é ousada e traz a complexidade (MORIN, 1996) dos elementos implicados em sua organicidade.

Conclusão

No atendimento dos objetivos propostos para este trabalho, evidenciamos que a Extensão Rural é um instrumento de ação política no fortalecimento ao desenvolvimento rural. Assim, devemos pensar na construção de novas estratégias de intervenção visando valorizar o local em vários aspectos de sua identidade para que se possa encontrar caminhos que nos liberem dos modelos tradicionais de intervenção superados, nos levando à construção e consolidação de uma Extensão Rural baseada numa prática educativa para um desenvolvimento local que possa promover, reconhecer, valorizar e restaurar o homem e a mulher das camadas sociais menos privilegiadas, bem como a dignidade de agricultores e agricultoras familiares, reconhecendo-os como sujeitos cognoscentes, como afirma Paulo freire.

Os atuais desafios da Extensão Rural requerem a disponibilização de outras visões metodológicas que gerem informação, bem como de processos educacionais que contribuam para construção de espaços democráticos e de políticas de desenvolvimento, mediante o uso de metodologias participativas, onde seus agentes passem a desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável com desenvolvimento de consciência crítica e proposta de libertação dos povos do campo.

A Extensão Rural enfrenta o desafio da formação de quadros de profissionais que compreendam a grandiosidade da tarefa e a necessidade de uma formação teórica nesta área de conhecimento. Compreenda que trata-se de um processo de comunicação e educação que toma por base o campesinato e sua indissociável carga cultural e identitária. Articular as estratégias de comunicação da Extensão Rural nos remete as construções de práticas pedagógicas que visem o desenquadrar dos camponeses da condição de vítimas e oprimidos para a qualidade de cidadãos libertos e emancipados. Não se trata de discussões panfletarias

que visem trajetórias utópicas ou falidas de combate ao sistema capitalista ou de um projeto de desenvolvimento nacional que faça surgir à plena cidadania espontaneamente as adequações impostas pelo sistema hegemônico.

Trata-se de uma proposta comunicacional de educação libertária através da Extensão Rural que reduza os problemas agravantes existentes, nos contrastes existentes, na sociedade brasileira, mediante concepções e princípios de reforço da identidade do campo. Logo, a construção de um aporte epistemológico entre o campesinato e a Extensão Rural, dentre tantos temas que podem ser estudados, mostram-se de crucial importância às discussões que orbitam em torno da comunicação e da cultura popular por serem essenciais à sobrevivência e à resiliência do povo do campo.

Resta-nos claro que a cultura popular campesina possui absoluta amálgama com a Extensão Rural, uma vez que se interpenetram, e que essa relação mostra-se como forte estratégia de empoderamento e emancipação do campesinato através do reforço de sua identidade e raízes culturais do meio rural, nos encaminhamento sem sobra de dúvidas a conclusão de que a educação, produz o empoderamento, a consciência crítica que são indispensáveis para se obter um desenvolvimento sustentável. Conclui-se, por fim, que os conceitos e práticas historicamente construídos de Extensão Rural correspondem a uma comunicação/educação libertária com base na identidade campesina.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios: repensando o Desenvolvimento Rural**. São Paulo: Economia Aplicada, v.4, N. 2, abr/jun, 2000.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://agroeco.org/socla/archivospdf/Da%20Extenso%20Rural%20Convencional%20%E2%80%9Cxtenso%20Rural%20para.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

----- **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARIA, E.; SOUZA V. L. T. **Sobre o conceito de identidade:** apropriações em estudos sobre formação de professores. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 15, Número 1, Janeiro/Junho de 2011:35-42.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico:** elaboração e formatação. Porto Alegre: s/n, 2007.

HOROCHOVSKI, R. R. **Empoderamento:** definições e aplicações. In: 30º Encontro Nacional da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30º Encontro Nacional da ANPOCS - Programação e resumo, 2006.

JARA, C. J. **Desenvolvimento Local.** Brasília: IICA, 1988.

LIMA, I. S. **Aspectos Didáticos da Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.** NP 09 – Comunicação Científica e Ambiental, do IV Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre. 2004.

LIMA, I. S.; ROUX, B. **As Estratégias de Comunicação nas Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar no Brasil.** In: Gustavo Gimadereilla. (Org.). Comunicacion Tecnologia y desarrollo trayectorias. Argentina: 2009, v. 1.

LIMA, M. A. A. Do 'direito à voz' à 'voz como valor': cultura e política no neoliberalismo. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. vol.35 no.1 São Paulo Jan./June 2012

MORIN, Edgar. Teoria da Complexidade. Publicações Europa-America. 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1996.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da Produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SHANIN, T. **A definição de camponês:** conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, ano 8, n. 7, Julho/Dezembro de 2005.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TAUK SANTOS, M. S.; RODRIGUES, A. S. A; VUMA, S. Z. Políticas Públicas de Cultura e consumo cultural de pescadores artesanais no Brasil. In: CALLOU, A. B. F.; TAUK SANTOS, M. S.; GEHLEN, V. R. F. (Orgs). **Comunicação, Gênero e Cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas.** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

ZANETI JÚNIOR, H. **Processo constitucional:** o modelo constitucional do processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.